



# Concepções da Igreja Católica Apostólica Romana sobre educação: a formação para o humanismo solidário

*The conceptions of the Catholic Apostolic Roman Church  
about education: the training for the solidary humanism*

LUIS EDUARDO DUARTE NOVAIS<sup>a</sup> 

## Resumo

Este artigo encerra um estudo teórico, elaborado segundo uma investigação qualitativa, por meio de pesquisas do tipo bibliográfica e documental, sustentando a tese de que o Magistério Eclesial, desenvolvido desde a celebração do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), qualificaria a Igreja Católica Apostólica Romana como importante interlocutora junto às instâncias que discutem a realidade educacional hodierna. Assim, no âmbito deste trabalho, tendo em vista o conteúdo da convocação proferida pelo Papa Francisco, em 12 de setembro de 2019, para a afirmação de um pacto educativo global, pretende-se evidenciar a preocupação do Magistério Eclesial em resgatar a dimensão humanizadora da educação. Conclui-se que, para a Igreja, a educação compreende um processo de formação humana plena, o qual, recuperando a intrínseca vocação relacional dos sujeitos à experiência da alteridade e da transcendência, deve formá-los para o exercício do humanismo solidário.

**Palavras-chave:** Humanização da educação. Igreja Católica Apostólica Romana. Humanismo solidário.

---

<sup>a</sup> Escola Católica Querigma, São Carlos, SP, Brasil. Doutor em Educação, e-mail: luisquerigma@gmail.com

## Abstract

*This present article finishes a theoretical study, made according to a quality investigation, through searches of the bibliographic and documental kind, supporting the idea that the Ecclesial Magistery, developed since the celebration of the Second Vatican Council (1962-1965), would qualify the Catholic Apostolic Roman Church as an important interlocutor together with the bodies that discuss the present educational reality. Therefore, bearing in mind the content of the call proffered by Pope Francis, on September 12<sup>th</sup> 2019, to the assertion of a Global Compact on Education, this paper intends to make evident the concern of Ecclesial Magistery to rescue the humanizing dimension of education. Thus, to the Church, education comprehends the process of full human formation, whom, recovering the subject's intrinsic relational vocation to the experience of otherness and transcendence, must train them for the exercise of solidary humanism.*

**Keywords:** *Humanization of education. Catholic Apostolic Roman Church. Solidary humanism.*

## Introdução

Este artigo encerra um estudo teórico, elaborado segundo uma investigação de natureza qualitativa, a partir de pesquisas do tipo bibliográfica e documental, sustentando a tese de que o Magistério Eclesial, desenvolvido desde a celebração do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), qualificaria a Igreja Católica Apostólica Romana como importante interlocutora junto aos areópagos contemporâneos que discutem as vicissitudes, os desafios e as perspectivas da realidade educacional hodierna.

É necessário esclarecer que essa premissa se inscreve em um contexto mais amplo: para compreendê-la, deve-se considerar o projeto eclesiológico que orientou o Concílio e que, inexoravelmente, repercutiu sobre as relações que se estabeleceram entre a Igreja e o mundo, a partir de então.

Com efeito, os meios pelos quais a Igreja exerce seu Magistério compreendem a catequese e a pregação. A priori, este ensino envolve elementos dogmáticos — doutrinários e disciplinares —, incluindo princípios morais.

Contudo, “perita em humanidade” — de acordo com a consagrada expressão de Paulo VI, empregada em sua Carta Encíclica *Populorum*

*Progressio*, de 26 de março de 1967 —, a Igreja está sempre interessada por tudo o que diz respeito à pessoa humana.

Nesse sentido, o atual Código de Direito Canônico, promulgado por João Paulo II, em 25 de janeiro de 1983, atribui à Igreja o dever de se pronunciar a respeito de qualquer questão humana, mesmo aquelas referentes à ordem social, enquanto o exigirem os direitos fundamentais da pessoa.

Sob essa perspectiva, em 12 de setembro de 2019, o Papa Francisco dirigiu um apelo, em nível mundial, a todos os responsáveis pela formação das novas gerações — educadores, pesquisadores e personalidades públicas, católicos ou não —, convidando-os a uma união de esforços com a finalidade de estabelecer uma ampla aliança educativa, de alcance global.

Para o Pontífice, trata-se de superar, por meio de itinerários educativos adequados, o chamado “paradigma da indiferença”, que, paulatinamente, imiscui-se ao tecido social, esvaziando de significado o compromisso pessoal com o bem-comum.

De fato, o Papa Francisco adverte que “a distância entre a obsessão pelo próprio bem-estar e a felicidade da humanidade partilhada parece aumentar: até fazer pensar que entre o indivíduo e a comunidade humana já esteja em curso um cisma” (FRANCISCO, 2019a).

Esse problema é potencializado pela difusão de uma concepção essencialmente pragmático-utilitarista acerca da educação, subordinada à lógica dos atuais condicionamentos econômico-financeiros globais, que a consideram uma mercadoria.

Denota-se, por conseguinte, um inequívoco reducionismo antropológico: negligencia-se os aspectos humano-afetivos e ético-políticos dos percursos formativos, em detrimento de ações que favorecem, prioritariamente, a transmissão, a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e competências técnico-funcionalistas e instrumentais.

Assim, no âmbito deste trabalho, tendo em vista o conteúdo da convocação proferida pelo Papa Francisco para a afirmação de um pacto educativo global — a que se fez menção, anteriormente —, pretende-se evidenciar, especificamente, a preocupação do Magistério Eclesial em recuperar a dimensão humanizadora da educação, particularmente com relação à formação das novas gerações para o exercício de um humanismo

solidário em ambientes fortemente perpassados pela afirmação da cultura do consumo, da ideologia do conflito e do niilismo antropocêntrico.

Entretanto, para que se possa desenvolver este estudo, fixando categorias de análise convenientes, será preciso encontrar, junto à Declaração *Gravissimum Educationis* — documento do Vaticano II —, os fundamentos que estruturam o pensamento contemporâneo da Igreja sobre a educação.

## **O projeto eclesiológico do Vaticano II e a educação**

Além do ensinamento do Papa, como chefe do Colégio Episcopal, e da função docente dos bispos, dispersos nas diversas dioceses ou reunidos em Conselhos e Conferências, sempre em comunhão entre si e com o Papa, o exercício do Magistério Eclesial expressa-se em Concílios Ecumênicos.

Há que se observar que um Concílio se denomina “ecumênico” (do vocábulo de origem grega *oikoumene*, que significa “mundo habitado”) quando é celebrado por toda a Igreja, reunindo os bispos do mundo inteiro, sob a autoridade do Papa.

Em dois mil anos de história, a Igreja já contabilizou 21 Concílios Ecumênicos. Neste sentido, é fundamental sublinhar que a aprovação solene do dogma do magistério infalível do Papa, no contexto do Concílio Vaticano I (1869), e a completa ordenação doutrinal-disciplinar estabelecida pelo Concílio de Trento (1545-1563) anunciavam o fim da era dos Concílios, tornando totalmente inoportuna a ideia de uma nova convocação conciliar (LIBANIO, 2005).

Entretanto, em 25 de janeiro de 1959, surpreendentemente, João XXIII anunciou o desejo de reunir um novo Concílio (parece não haver dúvida de que esta decisão tenha sido exclusivamente sua, pois não há qualquer registro de que ele tenha consultado alguém sobre a conveniência dessa convocação).

Se Trento e o Vaticano I optaram por defender o Catolicismo Romano das teses dos reformadores e das ameaças da cultura secularizada, respectivamente, cada um a seu tempo, para João XXIII a finalidade do Vaticano II deveria ser eminentemente pastoral, entendida como um movimento de superação do longo período em que a Igreja colocou-se em

oposição à sociedade: “derrubadas as muralhas que, por demasiado tempo, tinham encerrado a Igreja numa cidadela privilegiada, chegara o tempo de anunciar o Evangelho de maneira nova” (FRANCISCO, 2015, p. 7). Uma palavra-chave traduz bem este objetivo do Concílio: diálogo.

Assim, a Igreja deveria abrir-se ao mundo moderno para iluminar a fé em sua relação com ele. O proêmio da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* — documento conciliar promulgado em 7 de dezembro de 1965 —, revela, com perfeita nitidez, esta intenção:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. [...] Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1997, p. 539-540).

Enfim, a homilia de Paulo VI — o sucessor de João XXIII, que, após sua morte, assumiu o compromisso de levar o Concílio a termo —, proferida em 7 de dezembro de 1965, por ocasião da conclusão solene do Vaticano II, expôs, com a mais absoluta fidedignidade, aquilo em que se constituiu o projeto eclesiológico por excelência que orientou todos os trabalhos desenvolvidos no âmbito daquela reunião conciliar, qual seja o de uma aproximação respeitosa, esperançosa e confiante da Igreja em relação ao homem moderno:

O humanismo laico e profano apareceu, finalmente, em toda a sua magnitude, desafiando o Concílio. A religião do Deus que se fez homem encontrou-se com a religião (porque tal é) do homem que se faz Deus. Que aconteceu? Combate, luta, anátema? Tudo isto poderia ter-se dado, mas de fato não se deu. [...] A descoberta e a consideração renovada das necessidades humanas [...] absorveram toda a atenção deste Concílio (PAULO VI, 1997, p. 668-669).

Paulo VI encerrará seu discurso apontando que a Igreja deveria ocupar espaço junto às diversas instâncias que debatem as questões fundamentais da humanidade; sob esta perspectiva, ele afirmará: “Vós, humanistas do nosso tempo, que negais as verdades transcendentais, dai ao Concílio ao menos este

louvor e reconheci este nosso humanismo novo: também nós, e nós mais do que ninguém, somos cultores do homem” (PAULO VI, 1997, p. 669).

Decerto, o Vaticano II desvelou a interpelação recíproca que deve existir entre o Evangelho e a vida concreta — pessoal e social — do homem.

Com efeito, entre evangelização e promoção humana há fortes vínculos antropológicos, que as tornam inseparáveis, pois o homem que é evangelizado não é um ente abstrato, mas um ser condicionado pelo conjunto dos fenômenos de natureza política e econômica, social, cultural e religiosa aos quais está submetido.

Nesse sentido, os padres conciliares já identificavam que as condições de vida do homem moderno estavam submetidas a transformações tão profundas do ponto de vista cultural, que seria lícito anunciar o advento de uma nova era da história humana. Àquela altura, a Igreja antevia não uma época de mudanças, mas uma mudança de época, cujo nível mais profundo era o cultural.

Por conseguinte, considerando que os itinerários educativos desenvolvem-se a partir de um processo de elaboração crítica, histórica e sistemática da cultura — isto é, reconhecendo que existem intrínsecas relações entre educação e cultura —, o Concílio dedicou especial atenção à educação, a ponto de redigir e, posteriormente, promulgar, em 28 de outubro de 1965, a Declaração *Gravissimum Educationis*, na qual, reiterando que a Igreja deveria dedicar-se a todos os aspectos da atividade humana, afirmava que ela — a Igreja — tinha sua parte, também, no universo educacional.

Logo, impulsionada pelo influxo dialógico suscitado pelo Vaticano II e sustentada pelo princípio da subsidiariedade, a Igreja tem elaborado, ao longo dos últimos 55 anos, um profícuo ensinamento acerca da educação.

Esse Magistério compõe-se de textos preparados pela Congregação para a Educação Católica, apoiado pelas inúmeras manifestações dos Papas e enriquecido com as reflexões idealizadas pelos diferentes Conselhos Episcopais Continentais e pelas diversas Conferências Nacionais dos Bispos.

Evidentemente, a finalidade primária dessa miríade de documentos é a de orientar a organização e o funcionamento dos estabelecimentos de ensino eclesiais.

Todavia, elaborados segundo a premissa de que as escolas, faculdades e universidades mantidas pela Igreja não podem ser pensadas separadamente das outras instituições educativas, nem conduzidas como um corpo à parte, esses documentos oferecem uma análise relevante, consistente e abrangente da realidade educacional em que estão inseridas — apoiada em sólidos fundamentos filosóficos, teológicos, antropológicos, culturais, históricos, sociais, políticos e pedagógicos —, de modo que sua redação transcende o universo dos próprios estabelecimentos de ensino eclesiais.

## **A Declaração *Gravissimum Educationis* e os elementos estruturantes da concepção da Igreja sobre a educação**

Embora a Declaração *Gravissimum Educationis* enuncie princípios fundamentais acerca do desenvolvimento da educação cristã católica, a partir de elementos essencialmente teológicos — e não obstante o contexto histórico em que foi elaborada ser bastante diverso do atual —, esta apresenta uma fecunda dimensão secular, a qual considera importantes aspectos que podem ser extremamente úteis para o enfrentamento de vários desafios educacionais contemporâneos.

De início, há que se sublinhar, no âmbito do documento em questão, o entendimento de que toda ação educativa compreende, necessariamente, um processo de formação humana — “A verdadeira educação, porém, pretende a formação da pessoa humana” (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1997, p. 324) —, ou seja, qualquer empreendimento educativo vincula-se a um projeto de humanidade.

Por ocasião da celebração de sua quarta Conferência Geral, o episcopado latino-americano, reunido em Santo Domingo, República Dominicana, de 12 a 28 de outubro de 1992, expressou, com bastante propriedade, o alcance dessa ideia: “Nenhum mestre educa sem saber para que educa e em que direção educa. Há um projeto de homem encerrado em qualquer projeto educativo; e este projeto vale ou não segundo construa ou

destrua o educando” (CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO — CELAM, 2004, p. 752).

Para o Magistério Eclesial, no contexto específico da educação escolar, esse projeto de humanidade concretiza-se por meio do currículo, propositadamente desenvolvido para formar identidades, orientar comportamentos e estruturar personalidades. Desta forma, de acordo com a Congregação para a Educação Católica (1977), “a escola não implica apenas uma escolha de valores culturais, mas também uma escolha de valores de vida que devem estar presentes de maneira operante” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1977).

Deve-se sublinhar que, à época da celebração do Vaticano II, já se consolidara a teorização curricular proposta pela Nova Sociologia da Educação; superava-se, assim, a noção — hegemônica até o final da década de 50 do século XX — segundo a qual o currículo deveria ser compreendido, exclusivamente, como plano de estudos ou programa de escolarização, isto é, um elemento pedagogicamente neutro e atemporal de um necessário processo social de transmissão de conhecimentos, em torno dos quais subsistiria um acordo geral desinteressado.

Com efeito, o pensamento da Igreja sobre a educação escolar afasta-se do conceito de neutralidade. Neste sentido, discursando a estudantes e professores de escolas italianas, em 10 de maio de 2014, o Papa Francisco advertiu: “A educação não pode ser neutra. Ou é positiva ou é negativa; ou enriquece ou empobrece; ou faz crescer a pessoa ou a deprime, pode até corrompê-la” (FRANCISCO, 2014).

Anteriormente, a Congregação para a Educação Católica (1982), pronunciando-se a esse respeito, asseverara: “Não se fala da escola neutra porque esta, na prática, não existe” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1982).

Sob essa perspectiva, a Declaração *Gravissimum Educationis* afirma que os percursos educativos devem assegurar, necessariamente, a formação humana integral, que considere a extensão da vida em todos os seus aspectos: sensível, espiritual, intelectual e moral, individual e social:



Por isso, é necessário que, tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia e didática, as crianças e os adolescentes sejam ajudados em ordem ao desenvolvimento harmônico das qualidades físicas, morais e intelectuais, e à aquisição gradual dum sentido mais perfeito da responsabilidade na própria vida, retamente cultivada com esforço contínuo e levada por diante na verdadeira liberdade, vencendo os obstáculos com denodo e constância. Sejam formados numa educação sexual positiva e prudente, à medida que vão crescendo. Além disso, de tal modo se preparem para tomar parte na vida social, que, devidamente munidos com os instrumentos necessários e oportunos, sejam capazes de inserir-se ativamente nos vários agrupamentos da comunidade humana, abram-se ao diálogo com os outros e se prontifiquem a trabalhar pelo bem comum.

De igual modo, o sagrado Concílio declara que as crianças e os adolescentes têm o direito de ser estimulados a apreciar justamente os valores morais e a cultivá-los pessoalmente, bem como a conhecer e a amar a Deus com maior perfeição (CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1997, p. 324).

Decerto, esse entendimento pressupõe uma concepção antropológica segundo a qual a pessoa humana — indivisa em sua subjetividade material e espiritual — expressa-se pela racionalidade que lhe é intrínseca, ou seja, por seu caráter inteligente e livre, e por sua natureza relacional, que exclui qualquer sobreposição dualista entre transcendência e alteridade, mas que as integra.

Logo, de acordo com o Magistério Eclesial, a educação deve envolver, visceralmente, tanto a aquisição dos produtos que compõem a herança civilizatória da humanidade — isto é, os fundamentos racionais que promoveram o desenvolvimento cultural e científico do homem e que o preparam para assumir seu lugar com relação à reprodução das condições de existência (trabalho) e ao comportamento justo na vida pública (cidadania), por meio do uso adequado de conhecimentos e habilidades disponíveis no tempo e nos espaços onde se realiza sua vida — quanto o crescimento da competência da pessoa para se autoconhecer como sujeito livre, autônomo e responsável por suas escolhas, através de um itinerário formativo ético-religioso que o conduza a um adequado relacionamento com Deus, com as outras pessoas, consigo mesmo e com o mundo natural, orientando-se pela disciplina de seus impulsos e vontades, pelo equilíbrio lógico entre suas emoções e paixões, pelo estabelecimento de juízos de valor e pela percepção do outro e de suas necessidades.

Essa compreensão de educação plena — a qual se une aos fundamentos do chamado “humanismo integral”, proposto pelo intelectual neotomista francês Jacques Maritain (1882-1973) — oferece uma possibilidade de superação do discurso, aparentemente consensual, que atribui à educação escolar a finalidade de qualificar os indivíduos para o trabalho e prepará-los para o exercício da cidadania.

De fato, os documentos que normatizam a organização dos sistemas educacionais afirmam, explícita ou implicitamente, essa finalidade. Por exemplo, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional — LDB, preconiza que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, propugnando que a educação básica deve assegurar a formação comum imprescindível para o exercício da cidadania, fornecendo os meios para se progredir no trabalho (BRASIL, 1996).

Porém, Chizzoti e Ponce (2012) asseveram que essa declaração de princípios da educação institucionalizada torna as políticas públicas educacionais permeáveis ao modelo de extração liberal, pois o trabalho, pelo qual acontece a inserção da pessoa na vida social, está intrinsecamente subordinado à matriz de funcionamento dos mercados, engendrada pelo neoliberalismo.

Assim, esses autores denunciam a rápida inserção da lógica do capital no interior do espaço escolar, na última década do século passado e na primeira deste século, sob o impacto da globalização e da ascensão das teorias neoliberais, o que produz um movimento de padronização daquilo que se consideram as habilidades e as competências fundamentais que devem ser adquiridas no curso da escolaridade básica, pela introdução de mecanismos de gestão gerencial da educação, os quais se inspiram em procedimentos empresariais típicos, definidos a partir de estratégias de resultados.

Igualmente, a Congregação para a Educação Católica (2014) manifesta-se acerca dos efeitos nocivos dessas concepções pragmático-utilitaristas que, contemporaneamente, colonizam o mundo da educação:

O fato de a União Europeia, a OCDE e o Banco Mundial sublinharem a razão instrumental e a competitividade, e que tenham um conceito puramente

funcional da educação, como se ela só tivesse legitimidade ao serviço da economia de mercado e do trabalho, tudo isso reduz fortemente o conteúdo pedagógico de muitos documentos internacionais e também de numerosos textos dos ministérios da educação (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2014).

Desse modo, vaticina-se uma crise de sentido da escola, cuja compreensão privilegia explicações que evidenciam sua inadequação à ideologia do mercado e da modernização e a necessidade de se introduzir, massivamente, as novas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC's) junto aos processos de ensino e aprendizagem que se desenvolvem no espaço educativo escolar, atribuindo-lhes a condição de panaceia para a solução de qualquer problema e agregando-lhes o valor enganoso de que é suficiente dominar algumas competências e habilidades técnicas para acessar o sempre crescente arsenal informativo.

Contudo, essas demandas negligenciam que a escola seja atingida por uma complexa crise axiológica, caracterizada pela emergência de um novo paradigma sociocultural, que se sustenta sobre a premissa de um relativismo ético, como constata Severino (2006): “no que concerne ao conceito de educação, tal qual vem sendo constituído, não há mais valores éticos referenciais: conta, apenas, o sentir bem dos sujeitos humanos” (SEVERINO, 2006, p. 633).

O sistema filosófico maritainista, que, atualmente orienta a visão católica sobre a educação, contrapõe-se a essa realidade.

Para Maritain (1968), o trabalho educativo não deve ser confundido com a prática de habilitar os sujeitos para a vida social; ele acredita, sim, que a educação escolar pode promover uma verdadeira revolução moral, que altere a consciência social dos estudantes: “A essência da educação não consiste em adaptar um futuro cidadão às condições e interações da vida social, mas primeiramente em formar um homem — e, por aí, preparar um cidadão” (MARITAIN, 1968, p. 43).

No horizonte desse ideário formativo, Maritain (1968) situa um homem que, ao se reconhecer em seu contexto histórico e cultural, está comprometido com a transformação da sociedade a que pertence.

Por isso, o Magistério Eclesial afirma que a escola deve ocupar-se de propugnar valores como “o respeito pelo outro; a colaboração, sob o signo da fraternidade; o compromisso político em favor da consecução do bem comum” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1977), proporcionando, aos educandos, a apreensão da capacidade de frutificar em hábitos de compreensão e comunhão com as pessoas.

Nesse sentido, o Papa Francisco entende que “nunca, como agora, houve necessidade de unir esforços numa ampla *aliança educativa* para formar pessoas maduras, capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna” (FRANCISCO, 2019b). Daí, sua iniciativa de promover um pacto educativo global.

## **O pacto educativo global por um humanismo solidário**

A aliança proposta pelo Papa Francisco tem por objetivo mobilizar as mais diversas instâncias educativas para que assumam o compromisso de formar para o humanismo solidário, “renovando a paixão por uma educação mais aberta e inclusiva, capaz de escuta paciente, diálogo construtivo e mútua compreensão” (FRANCISCO, 2019b).

Trata-se de constituir aquilo que ele chama de “aldeia da educação” — numa alusão ao provérbio africano “para educar uma criança é necessária uma aldeia inteira”:

Antes de mais nada, o terreno deve ser bonificado das discriminações com uma inoculação de fraternidade. Numa aldeia assim, é mais fácil encontrar a convergência global para uma educação que saiba fazer-se portadora duma aliança entre todos os componentes da pessoa: entre o estudo e a vida; entre as gerações; entre os professores, os alunos, as famílias e a sociedade civil, com as suas expressões intelectuais, científicas, artísticas, desportivas, políticas, empresariais e solidárias. Uma aliança entre os habitantes da terra e a “casa comum”, à qual devemos cuidado e respeito. Uma aliança geradora de paz, justiça e aceitação entre todos os povos da família humana, bem como de diálogo entre as religiões (FRANCISCO, 2019b).

Segundo o próprio Papa, seu apelo inscreve-se num contexto em que os processos formativos se encontram desafiados por uma concepção essencialmente tecnocrática da educação, a qual negligencia a natureza histórica do conhecimento:

O mundo contemporâneo está em transformação contínua, vendo-se agitado por variadas crises. Vivemos uma mudança epocal: uma metamorfose não só cultural, mas também antropológica, que gera novas linguagens e descarta, sem discernimento, os paradigmas recebidos da história. A educação é colocada à prova pela rápida aceleração – a chamada *rapidación* –, que prende a existência no turbilhão da velocidade tecnológica e digital, mudando continuamente os pontos de referência (FRANCISCO, 2019b).

Anteriormente, a Congregação para a Educação Católica (2017) manifestara-se a esse respeito, asseverando a urgência de se formar a pessoa para o reconhecimento de sua pertença à humanidade e, particularmente, a uma comunidade específica, proporcionando a valorização da ética intergeracional. Para o Magistério Eclesial, “uma visão correta da história e do espírito, com o qual os nossos antepassados enfrentaram e superaram os seus desafios, pode ajudar o homem na complexa aventura da contemporaneidade” (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2017).

Forquin (1993) corrobora esse pensamento, acentuando que a modernidade, estruturalmente amnésica e inteiramente absorvida pela luta contra sua própria obsolescência, ao aderir ao mito do efêmero e eleger a categoria *mudança* como pedra de toque, impõe severas limitações ao alcance do ato educativo, que acaba por se satisfazer com um discurso pedagógico sumariamente instrumentalista, o qual atribui, como única meta para a educação, “formar espíritos ágeis e personalidades adaptáveis, capazes de respostas ‘flexíveis’ e preparadas para qualquer eventualidade” (FORQUIN, 1993, p. 16).

A essa orientação pragmático-utilitarista unem-se mecanismos de mercantilização da educação: de fato, verifica-se, em escala mundial, sua crescente transformação em mercadoria, ao encargo de empresas privadas interessadas no lucro.

Sob essa perspectiva, Ponce (2016) aponta que os currículos, contaminados pelo ritmo da economia global e pela busca de resultados em

*rankings* nacionais e internacionais, envolvem a escola em um cotidiano veloz e imediatista, instalando, em seu interior, uma experiência temporal descontextualizada, cujo sintoma

[...] é o olhar cego para a história e a afirmação, igualmente cega, de que o bom é sempre inovador, compreendido como o nunca visto, o nunca feito, como se a criação não fosse recriação do que já foi feito e experimentado; como se caminhar para o futuro não dependesse de conhecer o passado e inserir-se criticamente no presente (PONCE, 2016, p. 1144).

Desse modo, consolidam-se visões alienadas da sociedade, completamente desvinculadas da realidade, de tal forma que as instituições de ensino não despertam os estudantes para uma apreensão crítica dos contextos sociais em que estão inseridos, tampouco os motivam a se comprometerem com sua transformação.

No âmbito da mensagem com a qual lança a ideia de um pacto educativo global, o Papa Francisco afirma que a superação dessa situação exige a coragem de se colocar no centro a pessoa humana, formando-a segundo um itinerário de “ecologia integral” — um conceito que lhe é muito caro —, a partir de percursos educativos que não ignorem o fato de que tudo, no mundo, está, intimamente, conectado; assim, de acordo com o Papa, será possível recuperar a harmonia entre meio ambiente, economia, política, desenvolvimento e progresso, tendo em vista os princípios da justiça social e da solidariedade.

Com efeito, Morin (2000) adverte que “o enfraquecimento da percepção do global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade (cada qual tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada), assim como ao enfraquecimento da solidariedade (cada qual não mais sente os vínculos com seus concidadãos)” (MORIN, 2000, p. 40-41).

Para o Papa Francisco, é preciso investir as melhores energias para “formar pessoas abertas, responsáveis, disponíveis a encontrar o tempo para a escuta, o diálogo e a reflexão” (FRANCISCO, 2019b).

Decerto, a constituição de uma “aldeia da educação” exige que as pessoas se confrontem, hoje, com a problemática inerente à convivência multicultural. Neste sentido, a Congregação para a Educação Católica (2017)

insiste que se deve formar para a consolidação de uma cultura do diálogo. Evidentemente, a cultura do diálogo não significa, simplesmente, conversar para se conhecer, de modo a facilitar o encontro de cidadãos de diferentes culturas:

O autêntico diálogo ocorre num quadro ético de requisitos e atitudes formativas, bem como de objetivos sociais. Os requisitos éticos para dialogar são a liberdade e a igualdade: os participantes do diálogo devem estar livres de seus interesses contingentes e estar dispostos a reconhecer a dignidade de todos os interlocutores. Esses comportamentos são baseados na coerência com o próprio universo de valores. Isso se traduz na intenção geral de conciliar as ações com as declarações, isto é, de associar os princípios éticos anunciados (por exemplo paz, igualdade, respeito, democracia...) com as escolhas sociais e civis realizadas (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2017).

Portanto, há que se implementar, no interior das instituições educativas, projetos pedagógicos comprometidos com o encontro, a interação, a reciprocidade e a compreensão mútua.

Tais propostas curriculares impõem que esses valores sejam afirmados e, coerentemente, vivenciados no âmbito das atividades formativas desenvolvidas: por exemplo, para que os alunos se tornem adultos democráticos, devem experimentar a democracia em seus itinerários educativos.

Ademais, o Papa considera que a formação para o serviço à comunidade em que se está inserido — elemento indispensável ao processo de educação integral da pessoa humana — é um dos pilares sobre o quais se assentam o encontro e o diálogo. De fato, de acordo com o Magistério Eclesial,

[...] a escola deixa de ser um ambiente que favorece uma aprendizagem completa, se aquilo que o aluno aprende não se torna também uma ocasião de serviço à própria comunidade. Ainda hoje muitos alunos consideram a aprendizagem uma obrigação ou imposição. É provável que isso dependa também de uma incapacidade da escola em comunicar aos alunos, além do conhecimento, também a paixão, que é o motor da busca. Quando, porém, os alunos têm a oportunidade de experimentar que aquilo que aprendem é importante para a sua vida e para a vida da comunidade a que pertencem, a motivação deles muda. É desejável que os professores proponham aos alunos ocasiões para experimentar o impacto social daquilo que aprendem, favorecendo assim a descoberta da relação entre a escola e a vida, e o

desenvolvimento do sentido de responsabilidade e de cidadania ativa (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2014).

Por conseguinte, o educador deve desenvolver em si mesmo e fomentar em seus alunos uma aguda sensibilidade social e uma profunda responsabilidade civil e política. Demanda-se que ele — o professor — preste atenção não apenas à sua aprendizagem profissional continuada, caracterizada por conteúdos de dimensão epistemológica e técnica, mas que se ocupe de seu próprio processo de crescimento humano, condição indispensável para que construa, nele mesmo e em seus alunos, caráter, integridade, maturidade e respeito.

Dá o porquê de o Papa Francisco concluir seu apelo para que se firme um pacto educativo global por um humanismo solidário declarando que “todas as instituições se devem deixar interpelar acerca das finalidades e métodos com que desempenham a sua missão formadora” (FRANCISCO, 2019b). Sob esta perspectiva, a Congregação para a Educação Católica (2014) já advertira:

O ‘modo’ em que se aprende hoje parece ser mais relevante do que o ‘que coisa’ se aprende; assim como o modo de ensinar parece mais importante do que os conteúdos do ensino. [...] Não se deve menosprezar o valor dos conteúdos da aprendizagem. Se não é indiferente o *como* um aluno aprende, também não o é o que *coisa*. É importante que os professores saibam selecionar e propor à consideração dos alunos os elementos essenciais do patrimônio cultural, acumulado no tempo, e o estudo das grandes questões que a humanidade enfrentou e enfrenta. Caso contrário, o risco é o de ter um ensino orientado a fornecer unicamente o que parece ser *útil* hoje, porque pedido por uma exigência econômica e social contingente, mas que se esquece daquilo que para a pessoa humana é *indispensável* (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2014).

De fato, no horizonte da consolidação da atual racionalidade técnica, outorga-se uma importância fundamental aos aspectos metodológicos inerentes às práticas educativas.

Nesse sentido, Gimeno Sacristán (2000) esclarece: “Na teorização pedagógica dominante, existem mais preocupações pelo *como* ensinar que pelo *que* se deve ensinar. Se é evidente que ambas as perguntas devem ser



questionadas simultaneamente em educação, a primeira fica vazia sem a segunda” (GIMENO SACRISTÁN, 2000, p. 30).

Por isso, a Congregação para a Educação Católica (1997) adverte que as demandas em torno do como sufocam o conceito de educação, circunscrevendo-a ao domínio de ações que se prestam à transmissão, aquisição e desenvolvimento de habilidades e competências técnico-funcionalistas e instrumentais:

Se é verdade que nos últimos anos se constata uma grande atenção e uma crescente sensibilidade da opinião pública, das organizações internacionais e dos governos às questões da escola e da educação, deve-se notar também uma difusa redução da educação aos aspectos puramente técnicos e funcionais. As próprias ciências pedagógicas e educacionais mostram-se mais dedicadas no tocante à vertente do reconhecimento fenomenológico e da prática didática, do que em relação ao valor propriamente educativo, centrado sobre valores e horizontes de forte significado (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 1997).

Assim, para o Magistério Eclesial, impõe-se a necessidade premente de se consignar um sentido às práticas educativas, vinculando-as a valores de vida, para que sejam ultrapassados os limites impostos por concepções pedagógicas em que os aspectos de natureza metodológica adquirem uma importância maior do que os próprios objetivos educacionais, negligenciando o caráter humanizador do trabalho formativo.

## Considerações finais

A iniciativa do Papa Francisco de convocar uma ampla aliança educativa, de alcance mundial, envolvendo educadores, pesquisadores e personalidades públicas, independentemente de sua profissão religiosa, constitui-se uma expressão eloquente da disposição da Igreja pós-conciliar em assumir uma atitude de diálogo e confronto positivo de valores com o mundo hodierno.

Nesse sentido, no âmbito da pesquisa que orientou a elaboração deste artigo, sustentou-se a tese de que o Magistério Eclesial pode oferecer importantes contribuições para os areópagos contemporâneos que se dedicam à discussão da realidade educacional.

Assim, a mensagem do Papa, com a qual se estabeleceu a motivação para a celebração desse pacto educativo global, reafirma aspectos fundamentais acerca do pensamento da Igreja sobre a educação, compreendida como um processo de formação humana plena que, integrando as múltiplas dimensões inerentes à natureza da pessoa, recupera sua identidade relacional, a partir da intrínseca vocação dos sujeitos à experiência da alteridade e da transcendência.

Esse entendimento aponta para a emergência de se humanizar os atuais itinerários educativos, eivados por uma concepção pragmático-utilitarista que instala, no interior dos diversos ambientes formativos, um pernicioso reducionismo antropológico, o qual os torna incapazes de responder à situação de ruptura dos vínculos de solidariedade entre os indivíduos, situação que se verifica com uma intensidade cada vez maior nos dias de hoje.

Desse modo, para a Igreja, uma educação humanizada

[...] não se limita a fornecer um serviço de formação, mas cuida dos seus resultados no quadro geral das capacidades pessoais, morais e sociais dos participantes no processo educativo; não pede simplesmente ao professor para ensinar e ao aluno para aprender, mas exorta cada um a viver, estudar e agir de acordo com as premissas do humanismo solidário; não prevê espaços de divisão e contraposição mas, pelo contrário, oferece lugares de encontro e debate para realizar projetos educativos válidos; trata-se de uma educação – ao mesmo tempo – sólida e aberta, que derruba os muros da exclusividade, promovendo a riqueza e a diversidade dos talentos individuais e expandindo o perímetro da própria sala de aula a cada âmbito da experiência social em que a educação pode gerar solidariedade, partilha, comunhão (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2017).

Portanto, a educação para o humanismo solidário deve assegurar a formação de cidadãos portadores de uma adequada disposição para o exercício do diálogo, a partir de valores que se estruturam sobre os princípios da gratuidade, da liberdade, da igualdade, da coerência, da paz e do bem comum, concretamente vivenciados no âmbito das próprias instituições de ensino, permitindo um encontro profícuo entre as diversidades para que se possa edificar um mundo melhor.

## Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez., Seção 1, p. 27833-27841, 1996.

CHIZZOTTI, A.; PONCE, B. J. O currículo e os sistemas de ensino no Brasil. *Currículo sem fronteiras*, v. 12, n. 3, p. 25-36, set./dez. 2012.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Declaração Gravissimum Educationis sobre a educação cristã. In: COSTA, L. (org.). *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 321-338.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Pastoral Gaudium et Spes, sobre a Igreja no mundo de hoje. In: COSTA, L. (org.). *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 539-661.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *A escola católica*. 19 mar. 1977. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_catheduc\\_doc\\_19770319\\_catholic-school\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_catheduc_doc_19770319_catholic-school_po.html). Acesso em: 14 jul. 2020.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *O leigo católico, testemunha da fé na escola*. 15 out. 1982. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_catheduc\\_doc\\_19821015\\_lay-catholics\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_catheduc_doc_19821015_lay-catholics_po.html). Acesso em: 14 jul. 2020.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *A escola católica no limiar do terceiro milênio*. 28 dez. 1997. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_catheduc\\_doc\\_27041998\\_school2000\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_catheduc_doc_27041998_school2000_po.html). Acesso em: 28 ago. 2020.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Educar hoje e amanhã. Uma paixão que se renova. Instrumentum laboris*. 07 abr. 2014. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_catheduc\\_doc\\_20140407\\_educare-oggi-e-domani\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_catheduc_doc_20140407_educare-oggi-e-domani_po.html). Acesso em: 17 jul. 2020.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Educar ao humanismo solidário. Para construir uma “civilização do amor” 50 anos após a Populorum progressio*. 16 abr. 2017. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_catheduc\\_doc\\_20170416\\_educare-umanesimo-solidale\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_catheduc_doc_20170416_educare-umanesimo-solidale_po.html). Acesso em: 27 jul. 2020.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documentos do CELAM. Conclusões das Conferências do Rio de Janeiro, Medellín, Puebla e Santo Domingo*. São Paulo: Paulus, 2004.

FORQUIN, J-C. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANCISCO. *Discurso do Papa Francisco aos estudantes e professores das escolas italianas*. 10 mai. 2014. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/may/documents/papa-francesco\\_20140510\\_mondo-della-scuola.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/may/documents/papa-francesco_20140510_mondo-della-scuola.html). Acesso em: 13 jul. 2020.

FRANCISCO. *Misericordiae Vultus: Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia*. São Paulo: Paulus, Loyola, 2015.

FRANCISCO. *Humana Communitas: Carta do Papa Francisco ao Presidente da Pontifícia Academia para a Vida por ocasião do XXV aniversário de fundação*. 6 jan. 2019a. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco\\_20190106\\_lettera-accademia-vita.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190106_lettera-accademia-vita.html). Acesso em: 10 jul. 2020.

FRANCISCO. *Mensagem do Papa Francisco para o lançamento do Pacto Educativo*. 12 set. 2019b. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2019/documents/papa-francesco\\_20190912\\_messaggio-patto-educativo.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2019/documents/papa-francesco_20190912_messaggio-patto-educativo.html). Acesso em: 27 jul. 2020.

GIMENO SACRISTÁN, J. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 3. ed., 2000.

LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano II. Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

MARITAIN, J. *Rumos da Educação*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1968.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

PAULO VI. Homília do Papa Paulo VI na conclusão solene do Concílio. In: COSTA, L. (org.). *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 663-673.

PONCE, B. J. O tempo no mundo contemporâneo: o tempo escolar e a justiça curricular. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1141-1160, out./dez. 2016.

SEVERINO, A. J. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 619-634, set./dez. 2006.

RECEBIDO: 17/03/2022  
APROVADO: 05/05/2022

RECEIVED: 17/03/2022  
APPROVED: 05/05/2022